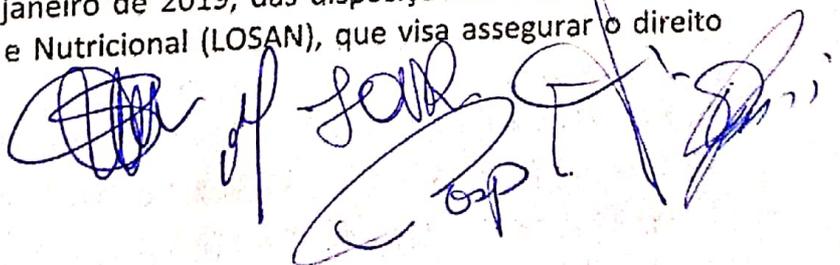
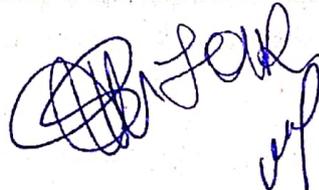
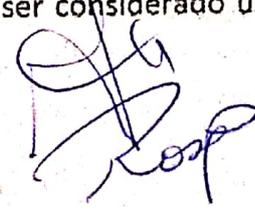
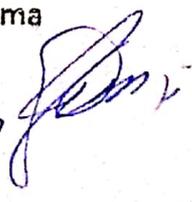


ATA Nº 113 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA/BC. Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, sito na Rua 1822, nº 1510 - Centro - Balneário Camboriú, os conselheiros: Rosana Possamai (Titular/Secretaria do Meio Ambiente), Fernanda Anita Ramos do Amaral (Titular/Secretaria da Saúde), Uander Fernandes Chaves (Titular/OAB); Débora Guimarães (Titular/CRN10), Thais Silva Oliveira (Suplente/CNR10), Marcílio dos Santos (Titular/AFADefi), Claiza Barretta la Bella (Suplente/UNIVALI), Walkys Cesar da Costa (Suplente/Pastoral da Criança), Álvaro Alves Galdino (Titular/Feira de Alimentação Praça Cultura), Patrícia Steffen Arruda e Roger Alessandro Farias Melo (Titular e Suplente/Morro do Espinhal sítios Ecológicos). Como ouvintes: Mariene de Sena Silva (Casa dos Conselhos) e Sr. Nairo Ribeiro (NAHC). Justificaram sua ausência: Jennifer Diniz (Titular/Secretaria de Educação), Carla e Thays Wayne Gonçalves (Titular/SESC). Inicialmente é passada a ata de dezembro, a qual foi previamente encaminhada a todos e aprovada, para ser assinada pelos conselheiros presentes. É informado que esta reunião é a número cento e treze, considerando desde que o COMSEA foi criado. A Vice-Presidente Fernanda passa a palavra ao Sr. Nairo para **explanção referente ao histórico da segurança alimentar em Balneário Camboriú**. O Sr. Nairo manifesta que desde o Fome Zero em dois mil e treze, todo esse projeto denominado Segurança Alimentar, deveria ter um embasamento e uma segurança dentro de uma lei, mas que mesmo assim isso não garante a permanência do projeto pois a lei pode ser revogada em qualquer instância. Faz logo uma explanção referente ao histórico das ações, das políticas públicas, independente de partido, realizadas em benefício da Segurança Alimentar e fala da sua trajetória como trabalhador em prol da concretização dos seus ideais, e do seu trabalho em função das pessoas usuárias de drogas e álcool, o qual demanda paciência e serenidade. Fala também a respeito do trabalho comunitário na África em termos de Segurança Alimentar. Fala sobre a realidade em vários países do mundo, como Estados Unidos e México, e da grandeza que o Brasil teve em termos de Segurança Alimentar lá fora. Manifesta que nós possuímos uma grande soberania que é a Conferência, a qual constrói leis, incentiva e impulsiona, porque ali está o parecer público e não o parecer individual. Explica que enquanto Conselho, onde temos a liberdade da palavra, estamos num pensamento individual, buscando um coletivo. Que o conselho é um lugar livre e intermediário entre o povo e o senhor Prefeito. Acrescenta que as conferências representam o que é soberano e de força, Informa que o Governo Federal encerrou Segurança Alimentar, mas município e estado podem continuar. Diz que até a realização da Conferência, devem ser alinhavados alguns pontos. Manifesta que é importante contar com o apoio do Legislativo e Executivo do município e que o Conselho deve mostrar que a nossa cidade tem potencial de Segurança Alimentar, tudo que se tem, tudo que se produz de alimento (cita como exemplos: Quartel Militar, Hospital Ruth Cardoso, Alimentação Escolar, as Férias Públicas). Após faz referência à implantação da agricultura familiar no Haiti. Fernanda agradece o Sr. Nairo pela explanção. Na continuidade **procede-se à leitura da pauta** : 1. Leitura da pauta; 2. Aprovação e assinatura da Ata de dezembro; 3 . Avaliação e deliberação sobre as justificativas apresentadas pelos conselheiros ausentes; 4. Discussão da revogação, por meio da Medida Provisória 870, de 01 de janeiro de 2019, das disposições constantes da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que visa assegurar o direito

Dug.



humano à alimentação adequada e posicionamento do COMSEA de Balneário Camboriú; 5. Encaminhamentos da Reunião Ordinária do CONSEA Estadual do dia 23/01/2019; 6. Participação no Banquete (27/02, em Florianópolis); 7. Conferência 2019; e 8. Informes. Logo, a ata correspondente à reunião de dezembro, é aprovada e assinada. Na continuidade são avaliadas e aprovadas as justificativas apresentadas pelos conselheiros ausentes: Jennifer, Carla e Thays. Na sequência, Fernanda passa a palavra ao Presidente Uander, que esclarece que o motivo desta reunião extraordinária é para tratar sobre os assuntos que requerem uma decisão a curto prazo, fundamentalmente sobre a **Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019**, já que podem ser propostas emendas do dia quatro até o dia onze, através dos nossos representantes na Câmara Federal. Informa a possibilidade da votação da Medida Provisória no dia vinte e oito e afirma que a reunião tem esse foco. Fernanda lembra que junto com a pauta os conselheiros receberam a Medida Provisória e explica que, embora a Medida possua oitenta e seis artigos, é bem simples pois fala de toda a estrutura do governo. Esclarece que trata-se de uma medida provisória, e que não está aprovado, mas, conforme esclarece o Sr. Uander, é válida até a votação ou a revogação. Fernanda informa que o conselho estadual se reuniu no dia sete de janeiro, uma semana após tomar ciência disto, e que a medida supracitada surpreendeu a todos pois surgiu sem diálogo prévio, e não houve aviso. Fala sobre a existência da Lei Orgânica, (Lei nº 11.346 de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências), que fala também do conselho, da CAISAN e das conferências, sendo que essa lei não foi revogada, só os artigos que falam do conselho, e esclarece que a Política Nacional de Segurança Alimentar continua e passa a integrar o Ministério da Cidadania. Manifesta que a base da política é o conselho, que é quem organiza as conferências e é o braço direito da CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional), e informa que a fala do Ministro da Cidadania Osmar Terra é que as decisões do conselho serão integradas na pasta, sem maiores detalhes e aprofundamento. São informados os artigos da Medida Provisória que mais atingem o conselho: Artigo 85 que é o que revoga os artigos da lei do conselho, e o Artigo 23, 24 e 25 que falam da política (que passa para o Ministério da Cidadania). Fernanda informa ainda que o conselho estadual, reunido no dia sete de janeiro, emitiu documentos: comunicado aos conselhos municipais, moção de repúdio (que serve como modelo caso o conselho municipal quiser utilizar), a qual pretende coletar a maior quantidade de assinaturas possíveis e divulgar nos meios de comunicação. Informa que no documento consta a justificativa para manter o conselho nos três níveis, mediante quinze motivos, dentre eles, a descrição do trabalho desenvolvido pelo conselho durante esses anos de atuação e o porquê vincular ele à pasta da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social ou à que for equivalente. Fernanda explica que foram com essa documentação em mãos para a **reunião do dia vinte e três, que foi a primeira reunião ordinária do Conselho Estadual** (de Florianópolis). Conselheiro Uander informa que na reunião do dia vinte e três, os conselheiros estaduais manifestaram a preocupação que isso aconteça também em nível estadual, por considerar que o Governador tem a mesma linha que o Presidente. Uander acrescenta que o nosso conselho é bem ativo e tem foco na sociedade independente de tendências políticas, quando comparado com outros que o mesmo tem visitado e se supõe que a extinção do conselho nacional é devida ao mesmo ser considerado uma

Dug.   

tendência esquerdista por parte do Governo Federal, se tratando de uma questão ideológica, para o qual é necessário encontrar soluções (conforme tratado em nível estadual). Expressa que deve ser mostrado à sociedade que COMSEA e Segurança Alimentar é algo muito importante e que a mesma terá uma perda muito grande se estes conselhos vierem a ser extintos. E informa que dessa reunião do conselho estadual, surgiu um grupo de pessoas em nível estadual, para trabalharem para tentar reverter essa situação e que ele faz parte. Esse grupo teve uma primeira reunião na qual concluiu-se que deverá ser feito contato com os deputados federais (pois o prazo é do quatro ao onze do corrente mês) e que se trata de uma forma de desenvolvimento social que poderá ser extinta. Explica que foram divididas as pessoas para os deputados federais e estaduais com os quais eles têm mais afinidade. Uander afirma que dá para fazer um planejamento em nível municipal e propõe trazer ao conselho a lista com a relação de todos. Conselheiro Álvaro manifesta que não se trata de lutar por tentar manter o que já foi extinto, e propõe se adaptar a uma situação na qual tanto deputados como senadores possam favorecer a continuidade. É sugerido a mudança da sigla para descaracterizar politicamente o conselho. Conselheira explica que há uma aceitação na mudança de pasta, mas não cederão no que diz respeito à mudança de nome do conselho. Após, a representante Mariene esclarece que a LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) dispõe sobre a política de segurança alimentar mas nela também diz que quem é responsável por cuidar das CAISANs (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) é o Conselho Nacional, e com a extinção não terá o órgão responsável para chamar as conferências para dar diretrizes no que diz respeito às políticas pública e sobre a defesa da estadual deveriam ir atrás dos deputados estaduais para a manutenção da mesma e a proposição de emendas teria que ser com os deputados federais e os senadores, pois quem irá propor e votar as emendas serão estes últimos. Manifesta a importância da luta para a volta do nacional para que as políticas públicas sejam efetivadas e acrescenta que o Sr. Nairo já falou no início desta reunião da importância das conferências. Conselheira questiona quem é o responsável pela convocação da conferência na falta do conselho e a mesma conclui que se o Conselho Nacional cai, a conferência cai e a CAISAN também. Na continuidade, Uander esclarece que trata-se de uma rede, e que ainda não se fala na extinção do conselho estadual, mas estão começando a trabalhar em prol da sua continuidade. Fala nos documentos que serão entregues, solicitando apoio dos deputados federais. Esclarece que o contato com os deputados estaduais também é importante para ter o apoio dos mesmos enquanto à força necessária para manter o conselho estadual, e o motivo de apelar ao Senador também é precisamente por se tratar de uma rede e porque tendo um Senador a favor, isso fará a diferença (nos conselhos estaduais). Sr. Nairo conclui considerando os sete dias de prazo, motivo pelo qual o conselho deve conseguir os contatos dos deputados e senadores e repassar a todos. Sugere que cada conselheiro peça apoio a três amigos. Fala na importância de solicitar o apoio dos vereadores da nossa cidade, pois eles têm entendimento político e os contatos. Fala no trabalhador braçal que traz o alimento do qual nos servimos em casa, e afirma que esse é o que precisa a segurança alimentar. Fala da força da frente parlamentar. Sr. Nairo sugere que o Conselho Nacional não seja em Brasília, podendo ser itinerante, ir mudando de estado ou de região a cada ano, desta maneira, a tendência política não iria interferir, e poderia ser mudada a sigla. Sr. Nairo cita como exemplo o trabalho realizado para

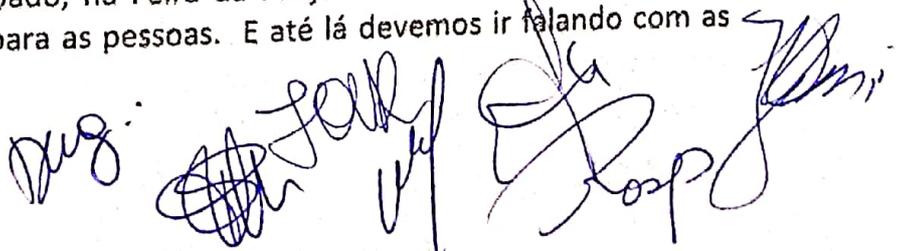
ms

Uander
Álvaro
Mariene

reverter a falta de mel anteriormente prevista para 2017 e 2018 por motivo da falta de abelhas-rainhas, e exalta o trabalho do Padre e também Deputado Federal Pedro B. que foi quem criou essa lei e possui um amplo conhecimento sobre Segurança Alimentar, motivo pelo qual irá entrar em contato com o mesmo para tomar ciência da sua opinião com respeito à situação atual referente às consequências da Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019 . Logo, o Sr. Nairo questiona o motivo de solicitar que o conselho seja abrigado no Ministério Social, pois se trata de Agricultura e não de uma questão social. Conselheiros falam sobre muitas questões sociais envolvidas, falam do direito à alimentação. Na continuidade Uander afirma que se trata da dignidade humana, do direito à alimentação. Conselheiros concordam que o conselho nacional está sendo extinto para retirar a força política que o mesmo possui. Álvaro alega que deveria haver uma organização das estruturas que produzem, todos os produtores rurais e suas estruturas familiares e acrescenta que é uma questão de conscientização . Sr. Nairo menciona o fato de que há vinte anos se procura uma política de transparência nos transgênicos no Brasil. Finalmente Uander conclui que será mostrado o que é o COMSEA de Balneário Camboriú, para ciência da sociedade e será feita uma mobilização para a não extinção do Nacional, e fala do **Banquetaço** , que é um movimento que será feito em Florianópolis. Acrescenta que em nível estadual o conselho municipal já está engajado, estando junto na mobilização para que o CONSEA não seja extinto, e que a proposta é levar aos deputados, estaduais, federais, vereadores e para o Senado e outras pessoas a quem possa ser levada essa ideia, e esclarece que se trata de um evento simples, com dois movimentos e finaliza afirmando que em nível estadual é o que nós temos e que já estamos no movimento. Explica que o **banquetaço é um evento físico**, se tratando de uma mobilização de pessoas, **que vai acontecer em Florianópolis**. Acrescenta que isso está acontecendo em Amazonas, em São Paulo, em Tocantins, de um modo geral todos os conselhos estaduais estão se mobilizando, cada um de uma forma específica, mas sempre dentro da mesma linha, que é a proposição para que o CONSEA não seja extinto e que continue na pasta correlata. A representante Mariene esclarece que junto com o conselho de Segurança Alimentar também se encontra o de Economia Solidária e sugere que no dia doze, na próxima reunião do conselho de Economia Solidária, alguns representantes do COMSEA se façam presentes para falar do banquetaço. Sr. Nairo acrescenta que aqui em Balneário Camboriú esse conselho foi estruturado no ano passado e Mariene explica que o Sr. Nairo participou dessa construção e que estão tentando implantar o Plano Municipal de Economia Solidária. Sr. Nairo informa que nos Estados Unidos, no mês de dezembro, foi inaugurado o quarto edifício "Horta Urbana" o qual possui trinta e dois andares de horta hidropônica-orgânica, com morangos, tomates e hortaliças e que um morador de Balneário Camboriú teve a ideia e prestou assessoramento ao mesmo no início. Após, conselheiros falam a respeito dos dois documentos que estão sendo encaminhados aos vereadores, deputados e senadores, referentes à exposição de motivos do Estadual e Nacional. Sr. Nairo fala sobre o Jornal Página 3 manifestando que eles são especialistas em Segurança Alimentar, acompanhando os grandes momentos da mesma nesta região (os donos e filhos dos donos e a participação dos jornalistas na nossa cidade), também fala do direito ao espaço de quinze minutos na Câmara de Vereadores, da Rádio Transamérica que abrange quarenta e sete municípios, e afirma que seus jornalistas entendem muito de Segurança Alimentar, finalmente sugere que, após elaborado o documento

Duz.
[Handwritten signatures]

da proposta do conselho, alguns representantes levam nesses três meios de comunicação e se coloca à disposição para ser um dos representantes. Acrescenta que trata-se de esclarecer que o Brasil é pioneiro no mundo em Segurança Alimentar nós exportamos essa tecnologia, esse saber, essa ideia social, e fala do grande valor disso. Após fala dos haitianos, indígenas e quilombolas se referindo a uma questão cultural e depois social. Conselheira Fernanda sugere que os conselheiros cheguem num consenso e definam os encaminhamentos, considerando que a negociação vai ser em cima da proposição das emendas. Fala que a reunião do dia vinte e três de janeiro foi dedicada a essa mobilização chamada Banquetaço, esclarece que o nome foi pensado no sentido de banquete (lembrando do panelaço), se tratando de uma mobilização nacional que será realizada no dia vinte e sete de fevereiro em todas as capitais ao meio dia, num lugar central, serão oferecidos alimentos conforme a região, gratuitamente, paralelamente serão feitas exposições culturais, poesia, música, e vários tipos de expressão. É esclarecido que o Banquetaço já existia há alguns anos e tinha sido realizado por outros motivos. Concluindo a Vice-Presidente Fernanda expressa que trata-se de dois grandes encaminhamentos: essa mobilização e a carta da exposição dos motivos. O Presidente Uander fala que haverá duas equipes trabalhando no Banquetaço, uma equipe de divulgação e comunicação na qual Fernanda é a representante, e outra equipe de produção, que vai fazer a alimentação, que vai trabalhar o palco e toda a estrutura, na qual Uander estará representando. Uander e Fernanda convidam os conselheiros a ajudarem na organização no dia da mobilização. Ainda, é sugerido uma mobilização a nível municipal, no qual ficou denominada Pré-Banquetaço. A conselheira Patrícia sugere o espaço da feira da praça da Cultura, do qual ela e sua entidade fazem parte. É sugerida, ainda, a divulgação nas escolas, por considerar que nas escolas públicas entra a questão da Segurança Alimentar. A representante Mariene sugere que seja trabalhado em conjunto com o Conselho de Alimentação Escolar - CAE. É sugerido pensar no pré-banquetaço com ações prévias ao evento (abaixo assinado no dia do evento). Fernanda informa que Uander trouxe o documento para os parlamentares. Uander explica que todos os deputados estaduais e federais irão receber por email, mas aqueles conhecidos por alguns conselheiros serão procurados presencialmente, se não conseguirem, deverá ser feito contato por telefone. Uander lembra que quem irá apresentar emendas são os deputados federais, então representam o primeiro momento até dia onze. Logo, até dia vinte e oito para quem irá votar. Sr. Nairo afirma que a AMFRI deveria fazer um documento aos federais urgente. Finalmente fica claro que **o conselho permanece, bem como a Conferência 2019**, embora não se tenham as orientações do nacional, por se tratar da força que o conselho tem para quaisquer posicionamentos. No que diz respeito aos custos da conferência o Sr. Nairo esclarece que em dois mil e dezessete já tinha sido cortado o recurso (o ônibus, hospedagem e alimentação) para participação do conselho estadual, dependendo unicamente do próprio bolso dos participantes, motivo pelo qual houve pouca participação e cita como exemplo as mulheres camponesas e o rural (que pagaram do próprio bolso) e fala do vazio nas reuniões do conselho estadual em dois mil e dezoito, porque não teve praticamente ninguém da agricultura familiar. Fernanda propõe que na próxima reunião ordinária do dia vinte e um, seja organizado e discutido o Pré-Banquetaço em Balneário Camború, a ser realizado no dia vinte e três, sábado, na Feira da Praça da Cultura, com um abaixo assinado e material informativo para as pessoas. E até lá devemos ir falando com as

Ass: 

secretarias afins para procurar apoio, como a Cultura. É sugerida a formação de uma comissão para a organização do pré-banquete. Alguns conselheiros sugerem oferecer pipoca, podendo ser feita com milho da pipoca orgânico, outros alegam que não há necessidade de oferecer nada, pois já existem alimentos sendo comercializados na feirinha da praça e isso pode criar alguma animosidade com os feirantes. É deliberado que será realizada reunião da comissão do pré-banquete, no dia quatorze, quinta-feira, às quatorze horas, com os integrantes: Patricia, Roger, Fernanda, Mariene, Álvaro e Uander. Sem mais assuntos a serem tratados a Vice-Presidente Fernanda encerrou a reunião e eu Lilliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, redijo a presente ata que após lida e aprovada deverá ser assinada pelos presentes para que surta efeitos legais.

Álvaro



Roger



Uander

